

REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Estudos do IBGE

Pela Lei Complementar n.º 20, de 1 de julho de 1974, publicada no *Diário Oficial da União*, de mesma data, foi sancionada sob a rubrica de disposições sobre a criação de Estados e Territórios, a fusão do Estado do Rio de Janeiro e da Guanabara, e o estabelecimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A nova Região Metropolitana constitui-se dos Municípios do Rio de Janeiro (compreendendo a área do antigo Estado da Guanabara), Niterói, Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Maricá, Nilópolis Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, São Gonçalo, São João do Meriti e Mangaratiba.

Participação do IBGE. A Lei Complementar n.º 20 é resultante de estudos que há algum tempo vêm se realizando no País, de modo a diagnosticar as grandes linhas de força do desenvolvimento e organização do espaço brasileiro em seus aspectos físico, econômico e social. Através de modelos simulados com base nesse diagnóstico, torna-se possível, assim, não só prever mas, também, acompanhar a evolução dessas linhas de força e paralelamente agir de modo a estimular ou contê-las, quando assim se fizer necessário.

Alguns desses estudos são da área da regionalização com base em microrregiões homogêneas, e do processo de metropolização de núcleos urbanos brasileiros em que tem sido fundamental a participação do IBGE.

Para a caracterização da área metropolitana do Rio de Janeiro, os estudos do IBGE envolviam todo o Estado da Guanabara e 14 Municípios do Estado do Rio de Janeiro: Duque de Caxias, Engenheiro Paulo de Frontin,

Itaboraí, Itaguaí, Magé, Maricá, Mendes, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, São Gonçalo e São João de Meriti. Com a exclusão, em estudo posterior do IBGE, de Mendes e Paulo de Frontin, a inclusão de Mangaratiba, e a transformação do Estado da Guanabara em Município do Rio de Janeiro, esta delimitação é praticamente igual à delimitação ora aprovada pelo Governo Central.

Os estudos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de apoio ao levantamento das regiões metropolitanas brasileiras foram publicados na *Revista Brasileira de Geografia*, ano 31, n.º 4 e resumidos no *Boletim Informativo* n.º 29.

ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS

Em comemoração ao Ano Mundial da População e com vistas à busca de soluções e novas propostas capazes de superar as dificuldades que o fenômeno populacional acarreta nos dias de hoje, no Brasil e no mundo, a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística promoveu de 29 de julho a 3 de agosto, na sede do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), na Guanabara, o Encontro Brasileiro de Estudos Populacionais.

Segundo as novas especificações que orientam o IBGE, foi a primeira reunião de caráter técnico organizada pela Entidade, dedicada à discussão deste tema, dela participando, além dos técnicos que compõem a Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento do IBGE e de outros setores da Instituição, diretamente interessados no assunto, entidades e especialistas, nacionais e estrangeiros, especialmente convidados, e representantes de instituições nacionais, num total de cinquenta, ligadas a universidades e orga-

nismos de pesquisas no campo dos estudos de população e afins. Dentre os especialistas convidados, de outros países, estiveram presentes ao Encontro, Carmem Miró (Chile), Eduardo Arriaga (EUA), Jean Bourgeois — Pichat (França), John Peter Cole (Inglaterra), J.R. Lasuén (Espanha), Leszek Kosink (Canadá), R. B. Chari (Índia) e Samuel Baum (EUA).

Dois motivos principais influenciaram para que os problemas populacionais fossem escolhidos para tema desta reunião. Primeiro, porque os problemas de população, que, em várias oportunidades no passado, despertaram grande interesse do público em geral, dos demógrafos, economistas e outros cientistas sociais, voltaram novamente à ordem do dia, após período de relativo esquecimento. O rápido crescimento das populações e a grande importância dos planos de desenvolvimento vieram sublinhar o papel da população, como uma das variáveis indispensáveis na explicação dos fenômenos econômicos e sociais. Por outro lado, levou-se em conta ser o ano de 1974 consagrado como o Ano Mundial da População, segundo proposição da Comissão de População, ao Conselho Econômico e Social da ONU, que reconheceu a necessidade de destacar os estudos nesse setor. A realização desse encontro representou, assim, contribuição do IBGE nessas comemorações levadas a efeito em todo o mundo.

Durante o Encontro foram examinados 42 documentos sobre assuntos ligados aos temas: mortalidade; fecundidade; migrações internas ou internacionais; recursos humanos e recursos naturais; a qualidade da vida e o meio-ambiente; relações entre os processos demográficos e econômicos e/ou sociais; projeções de população; distribuição espacial da população; urbanização e suas relações com as variáveis demográficas, econômicas e/ou sociais; estruturas demográficas econômicas e/ou sociais; destacando os possíveis fatores de variação e as demais variáveis interligadas; processos genéticos na população; possibilidades da genética na melhoria ou preservação da qualidade da população.

Inventário dos problemas do meio-ambiente no Brasil

Promovida pela CEPAL, com a colaboração do IBGE, realizou-se de 16 a 20 de setembro/74, na sede do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), Guanabara, reunião de Consulta para o Inventário dos Problemas do Meio-Ambiente no Brasil.

Organização e Programa. Organizada pela Superintendência de Recursos Naturais (SUPREN), do IBGE, os trabalhos da Consulta, de modo geral, obedeceram à sistemática de mesa-redonda e se desenvolveram em torno do seguinte programa:

Abertura; Exposição sobre o Projeto PNUMA */CEPAL; Mesa-Redonda sobre "Meio-Ambiente e Opinião Pública"; Mesa-Redonda sobre "Meio-Ambiente e Informações Técnicas"; Palestra sobre o Programa Governamental para o Controle do Meio-Ambiente no Brasil; Exposição e Debates sobre os Temas Seleccionados: Grupo I — Alteração do Clima; — Alteração do Ar; — Alteração da Paisagem; — Alteração do Solo; — Degradação de Oceanos e Mares; — Degradação de Rios e Lagoas; — Degradação de Ecossistemas; — Esgotamento de Recursos Minerais. Grupo II — Crescimento e Distribuição da População; — Organização Territorial da Produção; — Estrutura do Espaço Rural; — Estrutura do Espaço Urbano; — Vida na Cidade; — Assentamentos Marginais; Área Metropolitana; — Administração Urbana. Grupo III — Saneamento Básico; — Poluição Sonora, Visual e Psicossomática; — Coleta e Tratamento do Lixo; — Produção e Distribuição de Energia; — Segurança da Vida; — Transporte em Geral; — Trânsito em Geral; — Sistema de Comunicação. Grupo IV — Trabalho; — Previdência; — Habitação; — Educação; — Saúde; — Alimentação; — Recreação e Lazer; — Comunicação Social.

Objetivos e Metodologia. O projeto da CEPAL/PNUMA tem por objetivo fornecer, a curto prazo, um quadro geral dos problemas ambientais reconhecidos como os mais críticos em cada um dos países inventariados, bem como das instituições, das políticas e da capacidade técnica desses mesmos países no que se refere ao controle da poluição. Tal quadro serviria como ponto de partida para aprofundar o conhecimento sistemático da realidade ambiental latino-americana e selecionar projetos-operativos, alguns dos quais poderão ser executados mediante a cooperação internacional.

Para tanto, a CEPAL organizou, em colaboração com outros organismos filiados ao sistema das Nações Unidas, um Grupo de Trabalho cujo roteiro de visitas e investigações ora se encerra no Brasil. Constituído de especialistas pertencentes aos setores do desenvolvimento urbano, dos recursos naturais, das técnicas de higiene e saneamento, da economia, da ecologia e dos aspectos

* PNUMA — Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente.